



O DIREITO DOS PACIENTES NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Cristiane Aparecida Silveira (cris.silveira@unifal-mg.edu.br)
Rejane Pimenta do Prado Costa
Edith Maria Barbosa Ramos

Quadro 1 – Distribuição dos estudos analisados na Revisão Narrativa.

Artigo	Principais Resultados
ALBUQUERQUE, A. Os Direitos dos Pacientes no Brasil: análise das propostas legislativas e o papel do Sistema Único de Saúde. <i>Revista Brasileira de Bioética</i> , v. 15, p. 1–24, 2019.	Atualmente, a relação entre profissional de saúde e paciente se encontra deteriorada em razão da desconfiança provocada pela judicialização exacerbada da ocorrência de erros na saúde; pela formação excessivamente tecnicista dos profissionais em saúde em contraposição à aprendizagem de conteúdos humanistas, inclusive do modelo do cuidado centrado no paciente; e pelas questões relacionadas à alocação de leitos e de medicamentos e aos planos privados de saúde.
ALBUQUERQUE, A. et al. Violação aos direitos dos pacientes: análise da jurisprudência no Brasil. <i>Revista Direitos Fundamentais e Alteridade</i> , v. 3, n. 1, p. 7–33, 2019.	No Brasil, não há o reconhecimento dos pacientes como titulares de direitos tão somente como pessoas humanas. Esse vazio na esfera do Direito do Paciente se traduz na Judicialização da Medicina e no fato de que as reclamações dos pacientes devem ser transvestidas em danos morais ou materiais para viabilizar a expressão da sua insatisfação
BEHRENS, R. Segurança do paciente e os direitos do usuário. <i>Revista Bioética</i> , v. 27, p. 253–260, 1 jul. 2019.	Ausência de proteção e respeito aos direitos do usuário no âmbito da Portaria 529/2013 do Ministério da Saúde, que trouxe a discussão sobre segurança do paciente. Sugere que a violação aos direitos do usuário deveria fazer parte da lista de pontos de atenção do PNSP
PALM, W.; TOWNEND, D.; NYS, H. Patients’ rights in the European Union: from recognition to implementation: <i>European Journal of Public Health</i> , v. 26, n. suppl_1, p. ckw170.010, 1 set. 2016.	Os direitos básicos abrangem o direito ao consentimento informado; à privacidade e à dignidade; para acessar o prontuário médico. Os direitos do consumidor implicam o direito à escolha, à segurança do paciente e à qualidade dos cuidados. Os direitos sociais incluem os direitos de acesso, reembolso e igualdade de tratamento. Estes domínios são apoiados por direitos processuais transcendentais (reclamar, compensar e participar) e informativos. No entanto, os diferentes assuntos não podem ser totalmente separados uns dos outros.
CAIRES, B. R. et al.. Knowledge of healthcare professionals about rights of patient’s images. <i>EINSEinstein</i> (São Paulo), v. 13, n. 2, p. 255–259, abr. 2015.	Há uma lacuna na formação dos profissionais de saúde em relação ao uso da imagem de pacientes, sendo necessário incluir, na graduação, disciplinas que contemplem essa temática, assim como a regulamentação por parte das instituições de saúde.
VIANA, I. et al. Direitos do paciente, comunicação e a obrigação de informar. <i>Revista Baiana de Saúde Pública</i> , v. 40, n. Supl. 1, p. 182–201, 2016.	Apesar da previsão legal da participação dos usuários na interlocução, verifica-se que, que a realidade enfrentada pelos usuários e seus familiares na busca por informações é divergente do normatizado. O acesso à informação é entendido pelo representante dos usuários como precário, e a falta de comunicação, bem como a sonegação de informações são tidas como barreiras a serem enfrentados na busca da atenção à saúde eficaz.

Fonte: das autoras, 2023.

CONCLUSÃO

A literatura aponta a necessidade de se contar com uma lei de direitos dos pacientes no Brasil a fim de se garantir o direito integral à saúde. Além disso, deve-se melhorar a formação dos profissionais de saúde para o respeito aos direitos do paciente.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. Os Direitos dos Pacientes no Brasil: análise das propostas legislativas e o papel do Sistema Único de Saúde. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 15, p. 1–24, 2019.

CAIRES, B. R. et al.. Knowledge of healthcare professionals about rights of patient’s images. **EINSEinstein** (São Paulo), v. 13, n. 2, p. 255–259, abr. 2015.

PALM, W.; TOWNEND, D.; NYS, H. Patients’ rights in the European Union: from recognition to implementation: **European Journal of Public Health**, v. 26, n. suppl_1, p. ckw170.010, 1 set. 2016.

ROTHER, E.T. **Revisão sistemática x revisão narrativa**. Acta Paulista de Enfermagem, v.20, n.2, p. v-vi; 2007.

VIANA, I. et al. Direitos do paciente, comunicação e a obrigação de informar. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 40, n. Supl. 1, p. 182–201, 2016.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a noção de direitos dos pacientes está amparada no reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e seus direitos iguais e inalienáveis.

Embora o direito à saúde tenha sido reconhecido como parte do corpus dos direitos humanos já em 1946, a formalidade do reconhecimento dos direitos dos pacientes contemporâneos só ganhou destaque na década de 1970 no mundo (ALBUQUERQUE, 2019).

Entretanto, o Brasil ainda não conta com uma lei nacional de direitos dos pacientes.

OBJETIVOS

Conhecer e analisar as publicações referentes a uma lei nacional de direitos dos pacientes.

METODOLOGIA

Trata-se de estudo de revisão narrativa de literatura, estudos que permitem descrever e refletir um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual (ROTHER, 2007).

Foi realizada busca de artigos na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS-BIREME), pela base de dado: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e biblioteca virtual: *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO).

Foram utilizados os seguintes descritores padronizados pelos Descritores em Ciências da Saúde (Decs): direitos dos pacientes; legislação; Brasil, sem definição de período.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maioria dos estudos de campos foram realizados profissionais de saúde, pacientes, além de reflexões teóricas a partir de modelos teóricos e documentos jurídicos.

Foram encontradas publicações sobre o direito do usuário à informação, à comunicação e a obrigatoriedade dos serviços de informarem (VIANA et al., 2017), bem como os marcos regulatório (PALM; TOWNEND; NYS, 2016), importância da formalização da política para a garantia do direito à saúde, análise das propostas legislativas(ALBUQUERQUE, 2019), dentre outros.

Apesar de não existir, no Brasil, uma lei que reúna os direitos dos pacientes no Brasil, a literatura apresenta essa necessidade (ALBUQUERQUE, 2019).